

REFLEXÕES SOBRE OS PROCESSOS DE EXCLUSÃO SOCIAL E CIDADANIA AMBIENTAL NA AMAZÔNIA

REFLECTIONS ABOUT THE PROCESS OF SOCIAL EXCLUSION AND ENVIRONMENTAL CITIZENSHIP IN THE AMAZON

Renan Albuquerque Rodrigues*
Maria de Fhátima Martins Catão**

RESUMO

O artigo propõe reflexões sobre o problema da conservação do meio ambiente em razão da sustentabilidade social, alternada por processos de exclusão social, entendidos dessa forma por guardarem uma violência muda, não declarada, mas brutal contra as populações e a natureza. A partir de análise teórica amparada na fenomenologia, os resultados apontaram para a necessidade de tornar aparente a cidadania ambiental, tendo em vista amenizar a exclusão social dos amazônidas.

Palavras-chave: Exclusão social. Meio Ambiente. Amazônia.

ABSTRACT

The article proposes reflections about the problem of conservation of the environment because social sustainability, alternating processes of social exclusion, understood this way by keeping a violent change, unreported, but brutal against the peoples and nature. From theoretical analysis supported by the phenomenology, the results pointed to the need to make apparent the environmental citizenship in order to mitigate the social exclusion of Amazonians.

Keywords: Social exclusion. Environment. Amazon.

Meio ambiente natural e exclusão/inclusão social

No âmbito das ciências sociais, diversas correntes teóricas entendem que o meio ambiente tende a interagir de modo fundamental na formação da percepção social dos que nele habitam (TASSARA,

2005; SANTOS, 2004). Todavia, para defender essa posição, é importante tomar a termo análises contemporâneas voltadas ao estudo socioambiental (TASSARA; DAMERGIAN, 1996), as quais indicam que é a partir do momento em que os grupos sociais vão construindo suas histórias de vida, em meio ao cotidiano de eventos econômicos, artísticos, culturais

* Graduado em Comunicação Social pela Uniniltonlins (AM), mestre em Psicologia Social pela UFPB e doutorando em Sociedade e Cultura na Amazônia pela Universidade Federal do Amazonas (UFAM). É professor assistente do colegiado de Comunicação Social da UFAM. Email: renanalbuquerque@hotmail.com

** Graduada em Psicologia pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB), mestre em Serviço Social pela mesma instituição e doutora em Psicologia Clínica pela Universidade de São Paulo (USP). É professora associada do departamento de Psicologia da UFPB.

e políticos (dessa forma, sociais), que é notabilizada a interação entre sociedade e meio (MOSER, 2005).

Da troca de experiências, com suas angulações circunstanciais, sejam sincrônicas ou diacrônicas, surgem novos pensamentos coletivos, identificados enquanto representações sociais (MOSCOVICI, 2003) e moldados continuamente, sobretudo no âmbito das crenças e atitudes (MOSCOVICI apud JODELET, 1989). Nesse contexto, é latente perceber a importância que a percepção socioambiental possui hoje para a sustentabilidade mundial, buscando, assim, olhar de forma consciente para a equação proposta por Kurt Lewin, na qual é notificado o comportamento como função de pessoa em interação com o ambiente, ou $C = f(P \times A)$ (JODELET apud MOSCOVICI, 1985).

Diante dessa perspectiva, ser cidadão do ambiente onde se vive e trabalha é, em resumo, estar atento para as respostas que o meio reproduz a partir do uso ou desuso que dele fazemos (TASSARA, 2005; PINHEIRO, 2005); é agir em conformidade com os recursos naturais que a natureza pode oferecer, seja para a construção de novos ambientes e para a providência de itens alimentares, combustíveis energéticos, potáveis etc.; ou seja, ainda, para a extração de produtos de origem florestal e não florestal, como acontece em larga escala da Amazônia, principalmente em áreas de assentamento ou ocupação não tradicional (FEARNSIDE, 2005), também identificadas como rurais ribeirinhas.

Tratando com equilíbrio questões referentes ao comportamento ecológico, à sustentabilidade ambiental e, além disso, às mudanças socioambientais, esse tipo de cidadão, por exemplo, entende que a ele, assim como a todos, é dever e necessidade a boa relação com o meio. De tal maneira que indivíduos cujas ações se orientam mediante atos de respeito à natureza, tendem a pesar seus atos a partir do referencial pessoa-ambiente (PINHEIRO, 2005). Tal tendência é denominada de cidadania ambiental (TASSARA, 2005).

A cidadania pautada por ações ambientais possui muito mais sentido em si mesma quando se leva em consideração a necessidade da igualdade de oportunidades de vida em relação ao que a natureza pode oferecer, (RODRIGUES, 2006). Entretanto, sem que as sociedades possibilitem maneiras

equânimes de acesso tanto a itens básicos para a sobrevivência quanto a programas de lazer e entretenimento cultural, as proporções de ação ambiental cidadã tendem a ser reduzidas (NEVES, 2002). De modo que, por meio desse construto (cidadania ambiental versus condições iguais de inclusão social) a coletividade passa a ser entendida como primordialmente responsável por sua organização.

Partindo dessas premissas e considerando ações de cidadania enquanto atos conscientes de interação coletiva (ARAGONÉS; AMÉRIGO, 1991), o artigo buscou apontar reflexões acerca da cidadania ambiental na Amazônia em face ao problema da exclusão social no bioma. Questões referentes ao tratamento dado ao meio ambiente amazônico e às implicações desse tratamento no contexto das populações foram analisadas.

O método de avaliação foi o fenomenológico (MARTINS et al., 1990) amparado pela perspectiva reflexiva de indicar em que medida a aplicação da teoria foi cabível diante da realidade amazônica observada (SILVA, 2004; BECKER, 2004). Na coleta de material, buscou-se descrever em diários de campo dados referentes ao cotidiano de áreas rurais localizadas no entorno de Manaus/AM, no intuito de subsidiar a análise. Aportes da etnografia (GEERTZ, 1997) auxiliaram na interpretação dos dados.

Pessoa e ambiente em estudo

Os homens e mulheres que vivem em meio à realidade amazônica possuem crenças e atitudes moldadas mediante seu ambiente. Suas representações sociais são sedimentadas por conta do que veem, falam, escutam e transmitem em razão das suas histórias de vida (CATÃO, 2001; CASTRO, 2003). Por conta disso, as mudanças de pensamento dessas sociedades acontecem de forma constante, a partir das múltiplas experiências dos coletivos, sendo que a construção das percepções se dá no dia-a-dia, bem como a formação psicodinâmica das pessoas.

A literatura que busca estudar a questão das sociedades e sua relação com espaços não urbanos vem se ampliando desde o fim dos anos 1970. A tentativa é compreender interações pessoa-ambiente. A preocupação, estritamente de cunho positivista em um primeiro momento, apontava para a problemática de como se poderiam mensurar respostas de grupos

sociais a estímulos por eles vivenciados no cotidiano (CASTRO, 2002; CATÃO; COUTINHO, 2003). Os aspectos então mais avaliados diziam respeito a degradações infligidas sobre a natureza, do tipo poluição do ar, dos rios, queimadas florestais, corte indiscriminado de madeira, matanças de animais, abertura de pastagens etc. (CASTRO; LIMA, 2001). Além desses temas, os avanços persistiram e ao longo de cerca de 40 anos de investigações na área de ciências humanas ganharam inúmeros adeptos e auxiliaram na ampliação do debate. Com esforços centralizados no âmbito das percepções ambientais, a evolução foi notada a partir da década de 1990 (CASTRO; LIMA, 2001).

No entanto, na contramão da evolução do horizonte das pesquisas, a conceitualização das investigações manteve certa indefinição – até um pouco acentuada, inclusive. A profusão de pesquisas, naturalmente, tendeu a pulverizar conceitos que antes tinham forma mais concreta, de tal maneira que vertentes direcionadas para as áreas de sociologia, psicologia social, ciência política e antropologia foram erigidas como prioritárias dentro de um imenso campo de investigação (REIGOTA, 2001).

Interessante notar foi que na década de 1990 essas quatro vertentes – a sociológica, a antropológica, a psicossocial e a científico-política – passaram a dialogar entre si, traçando perspectivas diferenciadas, porém similares em seu objetivo de entender os públicos que viviam e construía suas percepções de mundo a partir do meio ambiente, mediante a troca histórica de experiências com a realidade natural. Diante dessa intenção – de absorver em análise a interação pessoa-ambiente – é forçoso ressaltar uma teoria que sugeriu essa completude, por meio do contexto social e de aportes léxico-semânticos de avaliação em pesquisas que retratam as referidas quatro vertentes: a TRS (Teoria das Representações Sociais).

De acordo com o propulsor daquilo que hoje se entende por Representações Sociais clássicas, o francês Serge Moscovici, a teoria busca estudar a junção de três tipos de conhecimentos: a informação, a imagem e a atitude (MOSCOVICI, 2003). As três dimensões formam a complexidade das representações sociais, as quais antes eram entendidas como coletivas (MOSCOVICI apud JODELET, 1989), enquanto processos mentais de inter-relação. Segundo

as concepções moscovicianas, os universos particulares ou grupais são construídos mediante essa tridimensionalidade, que confere caráter congruente aos contextos sociais.

Nesse íterim, a mudança de denominação (antes representações coletivas, depois representações sociais) não foi por acaso. Com o pressuposto da ancoragem e da objetivação na década de 1960, referente às representações, compreendeu-se que, no processo de entendimento da realidade, existe um caminho dedutivo pelo qual a representação perpassa (DOISE, 2003) e onde a realidade e os conceitos pessoais por ela carregados se moldam (VALA, 1993). Assim, logo foi concretizada a ideia de que as representações sociais ultrapassavam a antiga dicotomia que Durkheim propunha, referente à questão pessoa-ambiente, e perguntas do tipo “quem influencia ou é influenciado por quem no âmbito da relação entre sociedade e natureza?” caíram em desuso, devido à qualidade processual e de troca das relações. Os estudos se voltaram para esse movimento dialógico e surgiu a necessidade da união de análises que compreendiam a percepção social de maneira global.

Um exemplo importante, e recente, desse processo de mudança no entendimento da TRS quanto ao meio ambiente pode ter sua importância justificada a partir de Catão & Coutinho (2003), que sugerem descrever o mundo não apenas enquanto um conjunto de individualizações fragmentadas e pulverizadas, mas sim como uma realidade em que existe a superação da dicotomia eu/coletivo. As autoras buscaram coerência com teóricos tais como Berger & Luckmann (1973), Castoriadis (1982) e Vygotsky (1984), além, é claro, do próprio Moscovici (MOSCOVICI apud JODELET, 1989), para enfatizar a interdisciplinaridade (sociologia, psicologia social, antropologia e ciência política) a qual defendem.

As autoras sugeriram angulações de estudo para aportes relacionados ao meio ambiente, levando em conta: a) enfoques da “natureza prática: comportamentos e comunicação entre indivíduos”, de Moscovici (MOSCOVICI, 2003); e b) enfoques da “organização interna”, de Abric, via Grupo de Midi (ABRIC, 1996); além da problemática dos “princípios organizadores”, organizada por Doise, na Escola de Genebra (DOISE, 2003). Para referendar a separação, foi especificado que a compreensão dos processos de formação das representações sociais

perpassa por duas questões: a objetivação (transformação de elementos abstratos em elementos concretos) e a ancoragem (inserção de novos elementos abstratos a partir da biblioteca de protótipos da mente).

Foram tratados, de modo objetivo, os pressupostos que sedimentam objetivação e ancoragem. Em discussão sobre a importância dos mesmos para a concretização de análises confiáveis acerca das representações sociais de grupos, é lúcido acordar que foi justamente pela via desses dois processos que os discursos ganharam sentido frente à sua equivalência e referente à realidade dos coletivos. Por essa vertente, há entendimentos de que a orientação de comportamentos e a comunicação entre os indivíduos são funções importantes da representação social (ABRIC, 1998). Sendo as RS formadas, sobretudo, por crenças e atitudes, buscam relacionar aquilo que a sociedade constroem em pensamento e organização interna, e também em ações coletivas e regulamentações que a natureza vivenciada possibilita. Daí resulta a importância dos ambientes dados, não construídos, pois neles a experimentação tende a ficar mais ligada a princípios plenos e essenciais para a vida, como água, terra, ar etc.

De acordo com Abric (1996, 1998), além das estruturas funcionais que sedimentam as representações sociais, existem ainda crenças não nucleares, as quais não possuem tanto “peso” diretivo na formação das RS, porém influenciam nas interações entre pessoa-ambiente. Doise (2003), na mesma linha de pensamento, entretanto com angulações voltadas para o contexto social e as múltiplas visões que a sociedade pode imprimir às suas RS mediante interação e interatividade com o meio ambiente não urbano, ressaltou também a importância da variabilidade que o matiz não urbano oferece à população em geral. Nesse contexto, tanto Doise quanto Abric abrem margem para Catão (2001) e Neves (2002) fazerem inferências acerca do gravíssimo problema da exclusão social nas sociedades rurais, ribeirinhas e de populações assentadas na Amazônia. Assim, se as RS são construídas a partir de diálogos intergrupos, a falta de diálogo, ao contrário disso, pressiona essas sociedades a uma cruel situação inversa: a da exclusão social.

Representações sociais e exclusão social

Representações sociais (RS) são pensamentos sobre a realidade oriundos de situações conflituosas, polêmicas ou não consensuais, de interesse comum (DOISE, 2003; ABRIC, 1996, 1998). As RS são moldadas a partir de opiniões coletivas e não significam somente depoimentos ao acaso, em nível de senso comum, formados de modo pulverizado e fragmentário. Berger & Luckmann (1973) e Moscovici (2003) entendem que RS são cognições erigidas a partir de processos comunicacionais concretizados a partir de relações sociais construídas em razão do meio.

O conceito de RS procura fincar uma marcação teórica que ajuda a entender em que medida se dá a interatividade entre pessoa e ambiente, pois esses dois polos representam

[...] um conjunto indissociável de que participam, de um lado, certo arranjo de objetos geográficos, objetos naturais e objetos sociais e, de outro, a vida que os preenche e anima, ou seja, a sociedade em movimento. O conteúdo da sociedade não é independente da forma (os objetos geográficos) e cada forma encerra uma fração de conteúdo. O espaço, por conseguinte, é isto: um conjunto de formas, contendo cada qual frações da sociedade em movimento. (SANTOS, 1994, p. 26-27).

As RS são um indicativo de que a coletividade possui e socializa informações sobre seu ambiente de modo continuado e contingencial. De tal maneira, a falta dessa socialização, pelo contrário, pode apontar vieses de exclusão social. Exemplos não faltam ao longo das últimas três décadas de formação da sociedade amazônica. Podem ser citados casos relacionados a populações de índios, ribeirinhos, quilombolas, assentados, pescadores e extrativistas tradicionais – todas constituindo grupos minoritários e moradores do bioma.

Todavia, por outro lado, dentre esses mesmos grupos, há exemplos positivos de que quando tais populações passaram a se identificar mais intimamente com a terra (espaço geográfico) e a desenvolver vivência em grupo (socialização), elas interagiram a partir de princípios similares, repartindo anseios e críticas subjacentes a uma realidade comum, melhorando sua qualidade de vida e fortalecendo a própria vivência social.

A exclusão social na Amazônia ocorre em sociedades que guardam correlações distintas apesar de repartirem o mesmo ambiente. Freitas (2002), no seu entender, aponta o processo de exclusão social como sendo uma grave apartação em que o físico e a psique do excluído são afetados, denegrindo, rebaixando e humilhando a pessoa. Como apontam Feijó & Assis (2004, p. 1),

A exclusão social assinala um estado de carência ou privação material, de segregação, de discriminação, de vulnerabilidade em alguma esfera. À exclusão associa-se um processo de desvinculação social/espacial. O excluído não escolhe a sua condição; ela se dá numa evolução temporal como resultado das mudanças na sociedade.

A exclusão social, por ser taxativa e agressora, impede a formação de RS sedimentadas e fortalecidas, enfraquecendo o processo de conquista da cidadania ambiental. Esse modelo de cidadania é próprio de pessoas cujas ações sociais se orientam mediante o conceito de cidadania ambiental e tendem a pesar seus atos a partir do referencial da natureza (PINHEIRO, 2005). Trata-se de um tipo de relação com os demais membros de um mesmo espaço geográfico a partir dos recursos naturais que regem o entorno e fazem parte da realidade social dos coletivos. Neves (2002) explicita que a cidadania ambiental é o humus onde se fortalece não apenas a prática da inclusão, mas também as representações sociais que dão margem à própria condição humana.

O cerne do problema da exclusão social e do acesso à cidadania ambiental na Amazônia perpassa pela incidência da negação da humanidade do outro (CATÃO, 2001). E quando se opera tal negação, as RS são pulverizadas e tolhidas, gerando consequências principalmente a minorias desassistidas, que em geral se veem eliminadas da possibilidade de obterem acesso a direitos básicos como moradia, alimentação, educação e saúde.

O fomento à cidadania ambiental, por sua vez, influencia na redução da apartação social. Essa influência é positiva, acontece de modo claro, tendo em vista a instabilidade gerada pela não aceitação do princípio de igualdade (isonomia) entre os cidadãos que vivem em um mesmo ambiente, seja ele construído ou natural. Daí que é possível falar em cidadania ambiental como aquela que respeita o olhar coletivo

sobre a natureza, entendendo-a como instrumento para educação ambiental, visando-a enquanto meio ativo de relacionamento, no qual as pessoas não apenas depositam expectativas, mas também retiram esperanças de vida para si (PASSMORE, 1995).

Em locais conflituosos, de baixa notoriedade harmoniosa, onde conflitos sociais são mais prementes, existe uma maior probabilidade de o diálogo com o meio ser menos contundente, enquanto que em sociedades nas quais as pessoas mantêm integração inclusiva, a relação com o meio ambiente é diferente, sendo mais recíproca e atenciosa. De tal monta que tanto a natureza fornece elementos identificadores aos constituintes do seu entorno, quanto as comunidades buscam retirar das regiões onde se inserem identificações que lhes façam sentido, evidenciando o processo dinâmico e dialógico da relação pessoa-ambiente (BOURDIEU; CHAMPAGNE, 2001).

Nesse sentido, buscando elementos da Teoria das Representações Sociais, com aportes dos processos de empoderamento por meio da cidadania ambiental, a revisão teórica procurou apontar tentativas de reduzir situações de exclusão social em áreas rurais e ribeirinhas da Amazônia.

Considerações finais

A questão ambiental é a questão do nosso tempo. Nos últimos dois séculos, a humanidade vivenciou acontecimentos sem precedentes que causaram e agravaram processos de degradação, poluição e contaminação da Terra. Daí a necessidade de se repensar a forma de relacionamento com a natureza. Por isso, a proposta teórica do artigo foi justamente contribuir para uma reflexão da sociedade a partir do viés ambiental, em que pese a maneira interativa, cooperativa e dialógica de entender a relação pessoa-ambiente.

Para abordar com responsabilidade a relação dicotômica entre cidadania ambiental e exclusão social, importou descrever as bases em que atualmente se encontra assentada a TRS, na tentativa de sedimentar uma conexão coerente entre os vieses conceituais elencados no estudo. Mediante a análise, foi enfatizada a problemática da cidadania ambiental como sendo um modo de entender o meio ambiente não como estático, mas inter-relacionável. Assim, a importância do estudo ora em destaque foi viabilizar

visões de que, quanto mais as pessoas intensificam os seus raios de ação em direção à natureza, mais elas incluem-se enquanto cidadãos do ambiente. Este pressuposto acompanhou a revisão teórica sugerida na pesquisa.

Como contribuição teórica, o levantamento buscou questionar: se a questão ecológica encerra um debate epistemológico, então que novos conceitos ajudariam a entender a questão, uma das mais importantes do século? A partir dessa demanda, o artigo tendeu a contribuir para se pensar a forma de ver e compreender o mundo rural e ribeirinho amazônico dos dias de hoje. O estudo auxilia na apresentação de visões referentes ao problema de dois alinhamentos, o ecocêntrico e o antropocêntrico, na busca de serem equilibradas as propostas entre as duas áreas de conhecimento. Por exemplo, quando foi investigada a problemática da relação pessoa-ambiente, eram as visões antropocêntrica e ecocêntrica que estavam em embate.

A abordagem questionou, conceitualmente: qual a relação posta atualmente entre sociedade e natureza? O que esteve no cerne da questão foi a maneira de viver daqui em diante no planeta, no contexto da globalização. A crítica apontada na revisão teórica foi no sentido de propor contribuições epistemológicas na maneira de se pensar o papel do homem (antropos) e de seus valores (ethos) em relação ao meio ambiente (oikos). Através de uma interpretação articulada pelo confronto dos conceitos de exclusão social e cidadania ambiental, foi intenção indicar sensivelmente que populações rurais e ribeirinhas da Amazônia são componentes do bioma e devem agir de forma integrada ao mundo onde se inserem.

Houve ainda a tentativa de relacionar a interdependência socioambiental, a qual, antes, era camuflada porque as pessoas acreditavam poder subjugar as forças da natureza e do mundo vivo. Porém, ao ameaçar desintegrar a organização natural e extinguir a própria existência, as populações estão vendo a necessidade de um retorno consciente às origens naturais. Nesse sentido, o artigo tentou explorar esses vieses paradigmáticos e contribuir a fim de tornar aparente a importância da cidadania ambiental para amenizar a exclusão social dos amazônidas.

Referências

- ABRIC, Jean-Claude. De l'importance des représentations sociales dans les problèmes de l'exclusion sociale. In: _____. (Org.). **Exclusion sociale**, insertion et prevention. Saint-Agne: ÉRÈS. 1996. p. 11-17.
- _____. A abordagem estrutural das representações sociais. In: MOREIRA, A. S. P.; OLIVEIRA, D. C. (Org.). **Estudos interdisciplinares de representação social**. Goiânia: AB, 1998. p. 27-38.
- ARAGONÉS, Juan Inácio; AMÉRIGO, Maria. Um estúdio empírico sobre las actitudes ambientales. **Revista de Psicologia Social**, v.6, p.223-240, 1991.
- BERGER, Peter; LUCKMAN, Thomas. **A construção social da realidade**. Petrópolis, Vozes. 1973.
- BECKER, Bertha Koiffman. **Amazônia: geopolítica na virada do III milênio**. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.
- BOURDIEU, Pierre; CHAMPAGNE, Patrick. Os excluídos do interior. In: _____. **Escritos de educação**. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 2001.
- CASTORÍADIS, Cornelius. **A instituição imaginária da sociedade**. Rio de Janeiro, Paz e Terra. 1982.
- CASTRO, Paula; LIMA, Maria Luisa. Old and new ideas about the environment and science: an exploratory study. **Environment and Behavior**, v.33, p.400-423. 2001.
- CASTRO, Paula. Natureza, ciência e retórica na construção social da ideia de ambiente. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian. In: _____. **Pensar a natureza e o ambiente: alguns contributos a partir da teoria das representações sociais**. **Estud. psicol.** (Natal), ago 2003, v.8, n.2, p.263-271, 2002.
- _____. Pensar a natureza e o ambiente: alguns contributos a partir da teoria das representações sociais. **Estud. psicol.** (Natal), maio/ago, v.8, n.2, p.263-271, 2003.
- CATÃO, Maria de Fátima. **Projeto de vida em construção na exclusão inserção social**. João Pessoa: UFPB, Ed. Universitária. 2001.
- CATÃO, Maria de Fátima; COUTINHO, Maria da Penha. **Representações sociais: abordagem interdisciplinar**. João Pessoa: Ed. Universitária/UFPB. 2003.
- DOISE, Wilhelm. L'ancrage dans l'étude des représentations sociales. **Bulletin de Psychologie**, t. 45, n.405, 2003.
- FEIJO, Maria Cristina; ASSIS, Simone Gonçalves. O contexto de exclusão social e de vulnerabilidades de jovens infratores e de suas famílias. **Estud. psicol.** (Natal). [online]. 2004, v. 9, n.1 [citado 2006-08-05], p.157-166. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-294X2004000100017&lng=pt&nrm=iso>. Doi:10.1590/S1413-294X2004000100017.

- FEARNSIDE, Philip. Amazônia, grande desafio a ser enfrentado. **Visão Agrícola**, v.2, n.4, p.14-17, 2005.
- FREITAS, Luis Carlos. A internalização da exclusão. *Educ. Soc.*, v. 23, n. 80, p.299-325. set. 2002. Doi: 10.1590/S0101-73302002008000015
- GEERTZ, Clifford. O saber local: novos ensaios em antropologia interpretativa.** Petrópolis, Vozes, 1997. 366 p.
- JODELET, Denise. La representación social: fenómenos, concepto y teoría. In: MOSCOVICI, S. **Psicología social.** Buenos Aires: Paidós, 1985.
- MARTINS, Joel; BOEMER, Magali Roseira; FERRAZ, Clarice Aparecida. A fenomenologia como alternativa metodológica para pesquisa: algumas considerações. **Rev. Esc. Enf./USP**; v.24, n.1, p.139-47, 1990.
- MOSCOVICI, Serge. Des représentations collectives aux représentations sociales. In : JODELET, D. **Les représentations sociales.** Paris: Presses Universitaires de France, 1989.
- _____. La Psychanalyse, son image et son public. Paris: PUF. In: Castro, Paula. Applying social psychology to the study of environmental concern and environmental worldviews: contributions from the social representations approach. **Journal of Community & Applied Social Psychology**, v.16, p.1-20, 2003.
- MOSER, Gabriel. Psicologia Ambiental e estudos pessoa-ambiente: que tipo de colaboração multidisciplinar? **Psicol. USP**, v.16, n.1-2, p.131-140, 2005.
- NEVES, Paulo Sérgio da Costa. Direitos humanos e cidadania simbólica no Brasil. In: LYRA, R. **Direitos humanos: os desafios do século XXI.** Uma abordagem interdisciplinar. Brasília; Brasília Jurídica. 2002.
- PASSMORE, John. Atitudes frente à natureza. **Revista de Geografia**, (Recife/UFPE), v.11, n.2, p.91-102, 1995.
- PINHEIRO, José. O lugar e o papel da psicologia ambiental no estudo das questões humano-ambientais, segundo grupos de pesquisa brasileiros. **Psicol. USP**, v.16, n.1-2, p.103-113, 2005.
- REIGOTA, Marcos. **Meio ambiente e representação social.** 4.ed. São Paulo: Cortez, 2001.
- RODRIGUES, Renan. As representações sociais do conceito de ambientalismo ou preservação ambiental: os casos de Fátima e Livramento. **Somanlu: Revista de Estudos Amazônicos do PPGSCA da Ufam/AM, Edua/Capes.** Ano 5, n.1, jan./jun. p. 81-93, 2005.
- SANTOS, Milton. **Metamorfoses do espaço habitado.** São Paulo: Hucitec. 1994.
- SILVA, Marilene Corrêa da. **O país do Amazonas.** Manaus: Editora Valer / Governo do Estado do Amazonas / UniNorte, 2004.
- TASSARA, E.; DAMERGIAN, Sueli. Para um novo humanismo: contribuições da Psicologia Social. **Estudos Avançados**, v.10, n.28, p.291-316, 1996.
- _____. Sincronias e diacronias: um recorte possível da Psicologia Ambiental no contexto contemporâneo das questões ambientais. **Psicol. USP**, v.16, n.1-2, p.295-298, 2005.
- VALA, José. Representações sociais: para uma psicologia social do pensamento social. In: VALA, J.; MONTEIRO, M. B. **Psicologia social.** Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1993.
- VYGOTSKY, Lev Semenovitch. **A formação social da mente.** São Paulo: Martins Fontes. 1984.

Recebido em: 19 de março de 2012
Aceito em: 17 de setembro de 2012